VARA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PROCESSO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

MANDADO: \_\_\_

Certifico que, ante ao alarmante cenário de crise nacional da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e, no estado de Minas Gerais de forma mais intensa na região central do Estado, notadamente na Capital Mineira e sua Região Metropolitana, atento(a) às recomendações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e às determinações do TJMG em suas Portarias Conjuntas n.º 945/PR/2020, n.º 947/PR/2020, n.º 948/PR/2020 e n.º 951/PR/2020, visando a efetividade do atos processuais e preservação da integridade física deste(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a), SUBMETO À APRECIAÇÃO DE VOSSA EXCELÊNCIA A SITUAÇÃO DO MANDADO SUPRA, REQUERENDO DESDE JÁ A VIABILIZAÇÃO DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA SEU EFETIVO CUMPRIMENTO, bem como SOLICITANDO A COMPREENSÃO E EVENTUAL INTERVENÇÃO JUNTO À PRESIDÊNCIA DESTA CASA DE JUSTIÇA PARA QUE SE ATENTE PARA A SITUAÇÃO DE EXPOSIÇÃO E VULNERABILIDADE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA, tendo em vista a ausência de regras específicas e claras para a categoria até o momento. **OBJETIVO COM ISSO, QUE A JUSTIÇA NÃO PARE!** Submeto ao crivo de V.Exa. a presente situação, considerando o fato de que o contato direto com partes e ambientes potencialmente contaminados, torna os Oficiais de Justiça vetores em potencial da transmissão do vírus, dado o risco iminente de contágio, uma vez que frequentam cotidianamente, no exercício de suas atividades funcionais, locais de exposição ao COVID-19 e, por vezes, retornam ao Fórum, respectivas secretarias e central de mandados, podendo, inclusive transmitir a doença aos demais servidores e, quiçá, aos magistrados, além, é claro, de seus próprios familiares. Ademais, a ausência do fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual para o trabalho (como por exemplo: luvas, máscaras e álcool gel – meios mínimos necessários ao cumprimento das diligências), não obstante a determinação prevista no § 3º do art. 39 c/c o inc. XXII do art. 7º da CRFB/88, compele a adoção, neste ato, de medidas preventivas pessoais para a redução dos riscos de contaminação pelo novo Coronavírus. Nesse sentido, considerando todo o exposto acima, por motivo de força maior, submeto à apreciação de V. Exa. e aguardo orientação para que seja possível o cumprimento da presente ordem judicial, observando-se todas as recomendações de segurança e diminuição de riscos de contaminação pelo COVID-19, bem como resguardando a integridade física deste servidor. O referido é verdade e dou fé.

(cidade, data, assinatura).